



**ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS**

**TERMO DE CONTRATO N°. 019/2012/SEMA, QUE
ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA DE ESTADO DO
MEIO AMBIENTE E A EMPRESA DIVIPLAC
EMPREENDEMENTOS COMERCIAIS LTDA.**

MATO GROSSO GOVERNO DO ESTADO, inscrito no CNPJ/MF sob o n. ° **03.507.415/0023-50**, através de sua **SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA**, criada pela Lei Complementar n°. 214, de 23 de junho de 2005, com sede na Rua C, esquina com a Rua F, Palácio Paiaguás, Centro Político Administrativo - CPA, nesta Capital, representada pelo Secretário Adjunto Executivo, designado para este fim através do Ato n° 13.144/2009, de 14/10/09, Sr. **Moacir Couto Filho**, brasileiro, solteiro, portador do RG n°. 3600650 - SSP/GO e do CPF n°. 770.603.931-53, residente a Rua Manoel Leopoldino, n°. 102, bairro Araés, Cuiabá/MT, doravante denominada apenas **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **DIVIPLAC EMPREENDEMENTOS COMERCIAIS LTDA**, inscrita no CNPJ 00.877.464/0001-80, localizada na Av. Senador Filinto Muller, n° 1759, Bairro Quilombo, Cuiabá-MT, CEP 78.045-310, representada pelo Sr **JOAREIS DE SOUZA LOPES**, portador do RG 0095855-7 SSP/MT e do CPF 103.780.731-68, aqui denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente **CONTRATO**, em conformidade com o Processo n.º **70438/2012/SEMA**, e **Edital de Pregão Eletrônico para Registro de Preço n° 13/2011 do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional de Mato Grosso - SR-13/MT**, sujeitando-se aos termos das Leis n° 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, mediante as cláusulas e condições a seguir expressas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem como objeto a contratação de empresa especializada para o fornecimento, por demanda, de painéis, divisórias, portas e complementos, incluindo os serviços de instalação, remanejamento, desmontagem e montagem para atender a demanda específica de reforma e alterações de layout, conforme especificações contidas no Termo de Referência (Anexo I) do **Edital de Pregão Eletrônico para Registro de Preço n° 13/2011 do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA - SR-13/MT** do Estado de Mato Grosso, que faz parte integrante deste instrumento.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

PARÁGRAFO ÚNICO - São partes integrantes deste contrato, como se nele transcritos estivessem, o Edital de Pregão Eletrônico para Registro de Preço nº 13/2011 do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA do Estado de Mato Grosso, seus anexos, a Proposta da **CONTRATADA** e demais peças que constituem os autos do Processo nº 70438/2012/SEMA.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR E DAS QUANTIDADES

2.1. O valor global deste contrato é de **R\$ 79.523,42** (setenta e nove mil, quinhentos e vinte e três reais e quarenta e dois centavos), estando seus valores discriminados por subitem no Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico para Registro de Preço nº 13/2011 do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA - SR-13/MT, bem como no presente instrumento, conforme discriminação abaixo:

| ITEM | SIMBOLOGIA | DESCRIÇÃO | QDTE | UNIDADE | VALOR UNITARIO | VALOR TOTAL |
|-------------|------------|---|------|---------|----------------|------------------|
| 1 | DNPP | Fornecimento e instalação de divisória naval P/P - PAINEL/PAINEL | 249 | M² | 52,9 | 13.172,10 |
| 2 | DNPVP | Fornecimento e instalação de divisória naval P/V/P - PAINEL/VIDRO/PAINEL | 116 | M² | 112,7 | 13.073,20 |
| 3 | DNPV | Fornecimento e instalação de divisória naval P/V - PAINEL/BANDEIRA DE VIDRO | 104 | M² | 111,32 | 11.577,28 |
| 4 | DNPVV | Fornecimento e instalação de divisória naval P/V/V - PAINEL/VIDRO/VIDRO | 70 | M² | 118,68 | 8.307,60 |
| 5 | DNPNC | Fornecimento e instalação de porta naval completa. | 14 | UNIDADE | 142,6 | 1.996,40 |
| 6 | RDNR | Remanejamento de divisória naval - retirada. | 1076 | M² | 5,29 | 5.692,04 |
| 7 | RDNC | Remanejamento de divisória naval - colocação. | 1076 | M² | 10,58 | 11.384,08 |
| 8 | CPRD | Fornecimento e confecção de prateleiras reforçadas de divisórias. | 86 | M² | 166,52 | 14.320,72 |
| TOTAL GERAL | | | | | | 79.523,42 |

2.2. A **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA**, pela prestação dos serviços, o valor total de **R\$ 79.523,42** (setenta e nove mil, quinhentos e vinte e três reais e quarenta e dois centavos), a serem pagos parceladamente, conforme a demanda.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

3.1. A despesa com o fornecimento de que trata o objeto do presente instrumento, correrão à conta de recursos próprios da **CONTRATANTE**, conforme discriminação abaixo:

| |
|---|
| Órgão/Unidade: 27101- SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE |
| Projeto Atividade: 2005 |
| Natureza de Despesa: 3390 3000 |
| Fonte de Recurso: 240 |
| Nº. Processo: 70438/2012 |

PARÁGRAFO ÚNICO - As despesas com o fornecimento para o exercício subsequente correrão à conta de recursos próprios, constantes do orçamento da Secretaria de Estado do Meio Ambiente para o exercício subsequente.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA GARANTIA

4.1. A **CONTRATADA** deverá apresentar garantia contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, conforme dispõe o art. 56 § 1º da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A **CONTRATANTE** poderá optar por caução em dinheiro, títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A caução prestada em dinheiro deverá ser depositada no Banco do Brasil pela **CONTRATADA** em conta específica informada pela **CONTRATANTE**, e terá seu valor corrigido pela **CONTRATANTE** por ocasião da devolução, aplicadas as disposições do Decreto-Lei nº 1.737/1979, art. 1º, IV e da Lei nº 8.666/1993, art. 56, § 4º.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A caução prestada em títulos da dívida pública, será com títulos emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

PARÁGRAFO QUARTO - A caução prestada sob a forma de fiança bancária deverá ter a carta de fiança emitida por instituição autorizada pelo Banco Central do Brasil a



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

realizar esta operação e dela deverão constar da carta de fiança as seguintes condições e/ou informações:

I - renúncia expressa aos benefícios de ordem e de excussão e ao direito de renúncia (arts. 827 e 835 do Código Civil).

II - que o banco se obriga como devedor solidário.

III - responsabilidade sobre os valores decorrentes de multas indenizatórias, moratórias, ressarcitórias e compensatórias, das despesas necessárias a realização de nova contratação para o objeto do contrato ou aquisição dos bens não entregues ou entregues em desacordo com as especificações, recusa injustificada de prestar assistência técnica, reposição do bem ou reexecução do serviço durante o período de garantia contra defeitos de fabricação, encargos trabalhistas e sociais, tributos, indenizações devidas pela contratada à **CONTRATANTE** e/ou a terceiros.

IV - o valor integral da garantia durante todo o período de vigência do contrato.

V - o prazo para comunicação é de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que a **CONTRATANTE** tenha tomado conhecimento da obrigação não cumprida.

VI - decorridos 90 (noventa) dias da data de vencimento da Fiança, e se durante esse período o fiador não tiver recebido da BENEFICIÁRIA Termo de Exoneração ou original da Carta de Fiança ou qualquer comunicação relativa ao inadimplemento da AFIANÇADA, durante o período de vigência, a Fiança será automaticamente extinta, independentemente de qualquer formalidade, aviso, notificação judicial ou extrajudicial, deixando, em consequência, de produzir qualquer efeito.

PARÁGRAFO QUINTO - A caução prestada sob a forma de seguro-garantia deverá ser prestada por seguradora autorizada e sujeita à fiscalização da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, de acordo com as disposições da Circular SUSEP N.º 232, de 3 de junho de 2003, e deverão constar da apólice as seguintes informações e/ou condições:



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

I - vigência da apólice igual ou superior a um ano (bens e serviços de informática) na hipótese de aquisição de bens duráveis ou contratação serviços não continuados a contar do recebimento da nota de empenho ou da finalização do serviço.

II - responsabilidade sobre os valores decorrentes de multas indenizatórias, moratórias, ressarcitórias e compensatórias, das despesas necessárias a realização de nova contratação para o objeto do contrato ou aquisição dos bens não entregues ou entregues em desacordo com as especificações, recusa injustificada de prestar assistência técnica, reposição do bem ou reexecução dos serviços durante o período de garantia contra defeitos de fabricação, encargos trabalhistas e sociais, tributos, indenizações devidas pela contratada à **CONTRATANTE** e/ou a terceiros, excluídas as multas de caráter punitivo, nos termos da cláusula 9.2, das condições gerais, anexo I, da Circular SUSEP N.º 232, de 3 de junho de 2003.

III - o valor integral da garantia durante todo o período de vigência do contrato;

IV - o prazo para comunicação é de 10 (dias) úteis, contados da data em que a **CONTRATANTE** tenha tomado conhecimento da obrigação não cumprida.

PARÁGRAFO SEXTO - O pagamento de preço, tarifas, prêmios, emolumentos e quaisquer outros valores dos títulos da dívida pública, da carta de fiança ou prêmio do seguro deverá ser à vista, não sendo oponível contra a **CONTRATANTE** o não-pagamento, atraso de parcelas ou prestações de financiamento, parcelamento ou fracionamento.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A **CONTRATANTE** deverá entregar ao fiador ou segurador uma cópia do edital, do termo de referência, do contrato e de outros documentos mencionados no edital, apresentando recibo emitido pelo banco ou seguradora juntamente com a carta de fiança ou apólice do seguro.

PARÁGRAFO OITAVO - Se o valor da garantia for usado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, inclusive indenização a terceiros, a **CONTRATADA** deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 05 (cinco) dias úteis, improrrogáveis, contados da data em que for efetivamente notificada pela **CONTRATANTE**.



**ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS**

PARÁGRAFO NONO - A caução será devolvida, mediante requerimento da **CONTRATADA**, após o término do prazo de vigência do contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO - A caução responderá pelo inadimplemento das obrigações contratuais e também pelas multas que venha a ser impostas à **CONTRATADA** e não será devolvida em caso de rescisão contratual, exceto nos casos previstos no inciso II e no parágrafo 2º do artigo 79 da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Tratando-se de fiança bancária, deverá constar do instrumento a renúncia expressa pelo fiador dos benefícios previstos no arts. 827 e 835 do Código Civil.

5. CLÁUSULA QUINTA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

5.1. Os serviços serão realizados mediante solicitação formal da COORDENADORIA DE APOIO LOGÍSTICO através de ORDEM DE FORNECIMENTO/SERVIÇO, sendo realizados na sede da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, situada na Rua c, esquina com F, Centro Político Administrativo - CPA - Cuiabá - MT nos locais indicados pela **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A realização dos serviços deverá ocorrer em dia de expediente, no horário das 8 às 18 horas ou em horário a ser definido pela **COORDENADORIA DE APOIO LOGISTICO**, quando se mostrar inviável a realização no horário mencionado.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os serviços constantes neste termo deverão ser entregues no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data do recebimento da ORDEM DE FORNECIMENTO/SERVIÇO, sem atrasos.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O prazo de entrega constante do item 7.2 do Termo de Referência (Anexo I) do edital de Pregão Eletrônico para Registro de Preço nº 13/2011 do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA do Estado de Mato Grosso, somente poderá ser prorrogado em caso de força maior, devidamente comprovado pela **CONTRATADA**, por escrito e aceito pela **CONTRATANTE**, até 24 (vinte e quatro) horas antes da data fixada para a entrega.



**ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS**

PARÁGRAFO QUARTO - A comprovação da força maior, a que alude o parágrafo anterior, não eximirá a **CONTRATADA** da obrigação de ressarcir a **CONTRATANTE** o valor correspondente aos custos que vierem a ter para suprir as necessidades administrativas de suas unidades, até o fornecimento dos produtos.

PARÁGRAFO QUINTO - A entrega do(s) serviço(s) será acompanhada e fiscalizada por representante(s) da COORDENADORIA DE APOIO LOGISTICO, designado(s) para esse fim, permitida a assistência de terceiros.

PARÁGRAFO SEXTO - Nos termos dos artigos 73 a 76 da Lei 8.666/1993, o objeto deste termo será recebido:

- a) provisoriamente, no ato da entrega do(s) produto(s), para posterior verificação da conformidade do material com as especificações do objeto licitado;
- b) definitivamente, em até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e conseqüente aceitação.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A **CONTRATADA** deve efetuar a troca do(s) produto(s) que não atender(em) as especificações do objeto contratado no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento da solicitação da **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO OITAVO - A atestação de conformidade da entrega do(s) serviço(s) caberá ao titular da COORDENADORIA DE APOIO LOGISTICO, ou a outro servidor designado para esse fim.

PARÁGRAFO NONO - Os serviços e materiais serão recusados pela **CONTRATANTE** nos seguintes casos:

- a) se entregues em desacordo com as especificações indicadas no Presente Termo;
- b) se apresentarem defeitos, avarias decorrentes de fabricação e outras irregularidades.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Os pedidos serão efetuados através de ORDEM DE FORNECIMENTO/SERVIÇO expedida pela **COORDENADORIA DE APOIO LOGISTICO**, demonstrando



**ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS**

o produto, a quantidade a ser adquirida e demais informações que se fizerem necessárias.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

6.1. A COORDENADORIA DE APOIO LOGISTICO da CONTRATANTE indicará um servidor, para acompanhar a execução dos serviços, com atributos de fiscalização sobre os mesmos, o que não exime a **CONTRATADA** de suas obrigações inerentes às suas responsabilidades.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Durante a vigência do contrato, o fornecimento dos produtos, bem assim a prestação dos serviços de instalação e de assistência técnica ocorrerão de acordo com as instruções a serem dadas pela COORDENADORIA DE APOIO LOGISTICO ou por servidor designado para esse fim.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A realização de todos os serviços será acompanhada por servidor(es) da COORDENADORIA DE APOIO LOGISTICO da CONTRATANTE.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A **CONTRATANTE**, se for o caso, efetuará registro de todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento dos equipamentos e a execução dos serviços mencionados, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

PARÁGRAFO QUARTO - As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos representantes deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

PARÁGRAFO QUINTO - A **CONTRATADA** deverá manter preposto para representá-la durante o fornecimento dos produtos e a execução dos serviços ora tratados.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA GARANTIA DOS SERVIÇOS E PRODUTOS

7.1. Os serviços e conseqüentemente os seus produtos, deverão ter garantia contra quaisquer defeitos, pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses ou o indicado na proposta, se superior, e nas condições dos respectivos fabricantes, devendo a **CONTRATADA** substituir, por sua conta, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, aqueles que forem considerados inadequados às especificações, ou que tenham sofrido danos



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

ou avarias no transporte ou descarga, que comprometam o seu uso regular e adequado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A **CONTRATADA** deverá fornecer através do fabricante Assistência Técnica Total para os produtos entregues, contra defeitos de fabricação, e/ou fadiga do material empregado, incluindo substituição do produto, peças e mecanismos, pelo **prazo mínimo de 12 (doze) meses**, a contar da data da aceitação definitiva dos produtos.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A garantia compreende a obrigação de substituir, no prazo estabelecido pela **CONTRATANTE**, os produtos que forem recusados por desconformidade com as especificações, ou avariados por falhas de transporte ou descarga, bem como ressarcir a **CONTRATANTE** o valor dos danos eventualmente causados aos equipamentos e bens públicos, em decorrência da utilização dos produtos defeituosos entregues pela **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO TERCEIRO - No caso de substituição dos produtos, as novas unidades terão os mesmos prazos de garantia originalmente dados aos substituídos, a contar da data em que ocorrer a substituição.

PARÁGRAFO QUARTO - Em caso de demora na substituição dos produtos recusados por quaisquer dos motivos indicados, a **CONTRATANTE** poderá promover a aquisição dos quantitativos necessários para o atendimento de suas necessidades, cobrando da **CONTRATADA** os custos correspondentes, sem prejuízo das sanções administrativas previstas neste contrato e na legislação vigente.

PARÁGRAFO QUINTO - O prazo de assistência técnica e garantia deve ser contado a partir do recebimento dos produtos pela **CONTRATANTE**.

8. CLÁUSULA OITAVA - DO AMPARO LEGAL

8.1. A presente contratação é decorrente da Ata de Registro de Preços formalizada por meio do Pregão Eletrônico n.º 013/2011, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA-MT realizado com fundamento na Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto 5.450, de 31/05/2005, no Decreto 3.931/2001 de 19/9/2001 e na Lei n.º 8.666/93, instruído nos autos do processo administrativo n.º 5420401.002209/2011-75.



**ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS**

9. CLÁUSULA NONA - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

9.1. A execução deste contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições do direito privado, na forma do artigo 54, da Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, combinado com o inciso XII, do artigo 55, do mesmo diploma legal.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

10.1. O presente contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, desde que haja interesse da **CONTRATANTE**, com a apresentação das devidas justificativas.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO AUMENTO OU SUPRESSÃO

11.1. No interesse da **CONTRATANTE**, o valor inicial atualizado do contrato poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme disposto no Artigo 65, parágrafos 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93, devendo ser observado o edital de Pregão Eletrônico para Registro de Preço nº 13/2011 do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários; e

PARÁGRAFO SEGUNDO - nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, exceto as supressões resultantes de acordo entre as partes.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

12.1. A vigência deste contrato será de **12 (doze) meses**, contados da data de sua assinatura, tendo eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso.



**ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS**

PARÁGRAFO ÚNICO - Mesmo após o período de vigência do presente contrato de fornecimento ficam mantidas as obrigações pertinentes à garantia e assistência técnica, especificadas no item 08 do Termo de Referência (Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 013/2011 do INCRA-MT).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1. Proporcionar todas as facilidades necessárias, para que a **CONTRATADA** possa cumprir as condições estabelecidas no Termo de Referência nº 007/2012, bem como no edital de Pregão Eletrônico nº 013/2011 - INCRA-SR-13/MT e seus anexos.

13.2. Efetuar, no prazo e nas condições estabelecidas, os pagamentos devidos à **CONTRATADA**.

13.3. Receber e conferir os produtos entregues.

13.4. Verificar quanto a correta montagem dos produtos.

13.5. Comunicar prontamente à **CONTRATADA** toda e qualquer anormalidade no funcionamento dos produtos sob garantia, bem como prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos técnicos da **CONTRATADA**.

13.6. Notificar, por escrito, a constatação de quaisquer irregularidades verificadas no fornecimento, indicando os motivos de eventuais recusas dos produtos e fixando prazo para a substituição correspondente.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1. Entregar os produtos rigorosamente no prazo estipulado e de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência (Anexo I do Edital de **Eletrônico** nº 013/2011 do **INCRA-MT**).

14.2. Substituir, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, os produtos que forem recusados, por desconformidade com as especificações.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

14.3. Efetuar o fornecimento e instalação de todos os produtos, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da entrega, ficando o pagamento condicionado à emissão do Termo de Recebimento a ser feito por servidor designado pela **COORDENADORIA DE APOIO LOGISTICO**.

14.4. Atender prontamente a **CONTRATANTE**, durante o prazo de garantia, quando solicitado.

14.5. Ressarcir a **CONTRATANTE** os prejuízos que decorram da falta de substituição dos bens recusados, bem como os danos que eventualmente sejam causados aos equipamentos e bens públicos, pela utilização dos produtos defeituosos entregues, bem assim os custos incorridos nas aquisições que a **CONTRATANTE** vier a fazer para atendimento de suas necessidades, enquanto não se efetivar a substituição devida pela **CONTRATADA**.

14.6. Responder por todas e quaisquer obrigações relativas a direitos de marcas e patentes, ficando esclarecido que a **CONTRATANTE** não aceitará qualquer imputação nesse sentido.

14.7. Atender a todos os encargos, inclusive os de natureza tributária, incidentes sobre o fornecimento objeto do contrato, cabendo-lhe, também, a responsabilidade, total e exclusiva, pela reparação de quaisquer danos ou prejuízos causados a pessoas e a bens ou serviços da **CONTRATANTE** ou de terceiros, pela ação dos prepostos da **CONTRATADA**, ou em virtude de manuseio ou utilização dos produtos por ela fornecidos.

14.8. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

14.9. Não divulgar nem fornecer, sob as penas da Lei, dados e informações referentes ao objeto ora contratado, nem os que lhe forem transmitidos pela **CONTRATANTE**, a menos que expressamente autorizada.

14.10. Providenciar o ressarcimento de qualquer dano ou prejuízo que causar, por ação ou omissão, a **CONTRATANTE** ou a terceiros.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

14.11. Fornecer de forma permanente e regular, os produtos e serviços descritos no presente instrumento, nas quantidades requisitadas, o que constará do pedido devidamente formalizado.

14.12. Colaborar com os representantes da **CONTRATANTE**, no que respeita à vistoria dos produtos a serem entregues, para avaliação e aprovação.

14.13. Cumprir os prazos estabelecidos em seus orçamentos, que serão contados a partir da autorização do fornecimento dos materiais.

14.14. Fornecer a seus funcionários, quando da execução dos serviços, e exigir o uso dos equipamentos de segurança no trabalho, previstos na Norma Regulamentadora NR-18 aprovada pela portaria 3214, de 08.06.78, do Ministério do Trabalho, publicada no D.O.U. de 06.07.78 (Suplemento).

14.15. Remover todos os entulhos e detritos decorrentes da execução dos serviços;

14.16. Identificar seus empregados, que deverão portar crachá, do qual constará a razão social, nome do funcionário e o seu cargo.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS

15.1. À CONTRATADA caberá, ainda:

I. assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus técnicos não manterão nenhum vínculo empregatício com a **CONTRATANTE**;

II. assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando do fornecimento dos móveis ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência da **CONTRATANTE**;

III. assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à prestação dos serviços, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência; e



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

IV. assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução deste contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos estabelecidos nesta cláusula, não transfere a **CONTRATANTE** a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a **CONTRATADA** renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, para com a **CONTRATANTE**.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

16.1. É expressamente proibida, por parte da **CONTRATADA**, durante a execução deste contrato, a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da **CONTRATANTE**, bem como veicular publicidade acerca do objeto deste contrato, salvo se houver prévia autorização da **CONTRATANTE**.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

17.1. O pagamento será efetuado parceladamente (conforme a demanda), acompanhado de Fatura (Nota Fiscal) discriminada, após conferência de quantidade e qualidade dos materiais por Gestor a ser designado pela **COORDENADORIA DE APOIO LOGISTICO**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento será creditado em favor da **CONTRATADA** através de ordem bancária, em conta bancária indicada na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome, número da agência e o número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, data fixada de acordo com a Instrução Normativa 001/2007-SAGP/SEFAZ, após a aceitação e atestação das Notas Fiscais/Faturas, pela **COORDENADORIA DE APOIO LOGISTICO**.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A **CONTRATANTE** reserva-se o direito de reter o pagamento se, no ato da atestação, os produtos não estiverem em perfeitas condições de uso ou de acordo com as especificações apresentadas e aceitas.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe tiver sido imposta em decorrência de penalidade ou inadimplemento contratual, sem que isso gere



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

direito à alteração dos preços, ou de atualização monetária por atraso de pagamento.

PARÁGRAFO QUARTO - O pagamento será efetuado após a verificação da regularidade fiscal da **CONTRATADA**, devendo o resultado ser impresso e juntado aos autos do processo;

I. Acaso detectada situação irregular do fornecedor perante o SICAF, a **CONTRATANTE** deverá adotar o seguinte procedimento:

a) será promovida advertência ao fornecedor, com fundamento no art. 77c/c art. 78, inc. VII e art. 79, inc.I, todos da lei. 8.666/93, no sentido de que, no prazo de 10 (dez) dias, providencie sua regularização no SICAF, ou apresente defesa, sob pena de rescisão do contrato;

b) observados, assim, os princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, caso persista a irregularidade, a **CONTRATANTE** procederá à aplicação das penalidades cabíveis e inclusive a rescisão do contrato, se for o caso, levando-se em conta sempre o interesse público e a continuidade do serviço público;

c) será efetuado o pagamento apenas do objeto que tiver sido efetivamente prestado, independentemente da regularização perante o SICAF, restando-se, porém, os valores correspondentes às multas que por ventura tenham sido aplicadas anteriormente à **CONTRATADA**, bem como os valores referentes à execução do contrato em relação aos quais a **CONTRATANTE** possa, em tese, vir a ser responsabilizada.

PARÁGRAFO QUINTO - Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente a favor da **CONTRATADA**. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

PARÁGRAFO SEXTO - Os casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de encargos moratórios devida pela **CONTRATANTE**, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:



**ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS**